

## 1 – IDENTIFICAÇÃO

Nome do Projeto: <b>Mapeamento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste</b>	
Órgão/Instituição: <b>Universidade Federal de Goiás Faculdade de Ciências Sociais Curso de Museologia</b>	
(DDD) Telefone/Fax <b>(062) 38770738 - 94931479</b>	
Nome do Coordenador do Projeto <b>Tony Willian Boita</b>	Siape: <b>2257636</b>
E-mail <a href="mailto:tonyboita@hotmail.com">tonyboita@hotmail.com</a> – Tony Boita	

## **2- RESUMO**

O presente projeto de pesquisa objetiva mapear iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste. Justifica-se pela ausência desta tipologia de processo museológico comunitário na região, conforme aponta o Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus e Organização Ibero Americana. A metodologia empregada será dividida em três etapas; 1) Mapear em editais culturais das autarquias vinculadas ao Ministério da Cultura, iniciativas habilitadas e premiadas; 2) Mapear bibliografias produzidas por estas iniciativas; 3) Montar um banco de dados público que também será disponibilizado para os órgãos públicos. Mediante a sistematização dos dados resultantes, pretende-se analisar a difusão, impacto e fomento relacionado à museologia social no centro-oeste.

Palavras-Chave – Museologia Comunitária – Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social – Pontos de Memória.

### 3 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ato de colecionar acompanha a séculos o homem. Desde seus primeiros tempos, a humanidade coleciona e deposita o título de patrimônio e monumentos a fatos importantes para construção de identidades. No Ocidente, durante o período helenístico, a conservação de oferendas às divindades de inspiração grega, as musas, já se percebiam preocupações de caráter patrimonial (FARJALLA, 2007, p. 02). Foi somente no século XIX que inicia-se a `era dos museus`, tempo em que se instalam as instituições fundamentadas nas ciências naturais e etnografia (SCHWARCZ, 2005, p. 124). Já o século XX, em especial na América Latina, é impulsionado um novo formato de museus, estes criados por comunidades historicamente excluídas com o anseio de garantir seu direito à memória e preservá-la para as futuras gerações. Desta forma, o ocidente acompanhou essas transformações, suas coleções particulares impulsionaram os acervos os museus modernos, esses modelos que visibilizaram somente o poder de um grupo passa a ser questionado por comunidades no fim do século XX, mas é somente no século XXI que estas experiências tornam-se, “a serviço do homem e do seu desenvolvimento”(SANTOS, 1999. p.99).

Conforme aponta Pomian (POMIAN, 1984, p.52), na antiguidade, diferentes culturas ocidentais preservavam oferendas em rituais religiosos. O fenômeno de colecionar esteve presente em toda a Europa e África e não só no território grego. Essas coleções, eram utilizadas como símbolo de poder, afinal, os grupos vencedores utilizam de técnicas rústicas expositivas e de preservação para atestar sua força sobre os demais. Mas é a partir do século XV através das grandes navegações que inicia-se os primeiros formatos de museus modernos (científicos), espaços destinados a coleção de objetos naturais e exóticos. Contudo, com o passar do tempo, as coleções ritualísticas, os patrimônios e objetos saqueados em nome do poder, instigaram o homem renascentista a colecionar tudo que era curioso a ele.

Com as grandes navegações e a descoberta do novo mundo surge o embrião dos museus modernos. Segundo aponta alguns autores, no Brasil, o primeiro museu é criado a partir da chegada da família real, no Rio de Janeiro, em 1818. Esta primeira instituição apresentava caráter de pesquisa científica e absorveu influências dos modelos europeus naturalistas, o Museu Real buscava promover no Brasil a vida aristocrática e os saberes ocidentais (MACHADO, 2005, p. 137). Neste mesmo século, São Paulo inaugura o Museu Paulista e Belém do Pará o Museu Emílio Goeldi, ambas instituições foram abertas com o mesmo propósito. No século XX, devido ao esforço do Estado Nacional em formatar uma nacionalidade, funda-se em 1932 o primeiro curso de museologia do país, sediado no

## Museu Histórico Nacional.

No Brasil, a preocupação com a criação de museus, ainda muito incipiente em todo o século XIX, restringia-se às instituições voltadas quase que exclusivamente à História Natural e a institutos históricos e geográficos regionais. Somente nas décadas de 1920 e 1930, os museus alcançaram uma dimensão maior com o desenvolvimento de uma política e de ideologias de tendências nacionalistas. As instituições museológicas passaram a ser encaradas sob outra ótica, a saber, como instrumentos de status, poder e ufanismo de um novo Estado que se `inventava` e que se `forjava`, tendo a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas como marcos fundamentais (SÁ, 2011, p.01).

O fim do século XX, através da crise dos museus tradicionais surge uma nova tipologia voltada para as demandas dos movimentos sociais da América Latina. Podemos destacar alguns eventos que propiciaram essa germinação. No campo político, destaca-se a ditadura, a repressão e formas opressivas que extinguiram alguns os direitos coletivos. Por outro lado, após a II Guerra Mundial é criada a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e o Conselho Internacional de Museus - ICOM que organizaram uma série de seminários na América Latina. O Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus ocorreu em 1958 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013. p.91) na cidade do Rio de Janeiro em aspectos gerais, discutiu-se a educação como apoio dos museus, denominada de função educativa, bem como, novos formatos de exposição. Em 1972 em Santiago do Chile, ocorreu a Mesa Redonda de Santiago do Chile sobre o Papel dos Museus na América Latina (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013. p.101), promovida pelo ICOM. Esta mesa redonda é um marco, ao preocupar-se com os “museus devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade”(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013. p.101), além de, ser o embrião dos ecomuseus, tipologia de museus rurais, urbanos preocupados com as transformações sociais, econômicas e culturais, bem como, preocupado em preservar o patrimônio integral das comunidades. Posteriormente, em 1992 na cidade de Caracas na Venezuela, ocorreu o seminário A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos desafios, organizado pelo ICOM e UNESCO. Neste seminário é impulsionado a “tomada de consciência do poder decisivo que esta tem para o desenvolvimento dos povos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013. p.112), além de, refletir sobre o entorno político, cultural e econômico dos museus comunitários. Por fim, o amadurecimento das iniciativas comunitárias em memória e museologia social da América Latina, formam os diferentes modelos de museus preocupados com o empoderamento e garantia de direitos de

comunidades periféricas e marginalizadas, tal qual, os ecomuseus, museus comunitários, museus de territórios, museus de favela entre outros.

Através do Governo Lula com apoio do Ministro da Cultura Gilberto Gil, os museus brasileiros passam a ter uma atenção política. Em 2009, é criado o Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 2000, torna-se uma autarquia do Ministério da Cultura – MinC denominado de Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) através da lei nº 11.906, onde define em seu artigo 2:

As instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a aplicação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer (...) (CÂMARA DOS DEPUTADOS 2013. p.43)

Mas é somente em 2010 que o IBRAM percebe iniciativas comunitárias que valorizam a memória social. Com isso é estabelecido o Programa Pontos de Memória - PPM, visando o protagonismo da memória comunitária. Neste mesmo ano, 12 iniciativas comunitárias são convidadas a participar do projeto-piloto do programa que foi apoiado pelo Ministério da Justiça, sendo: 1) Comunidade do Estrutural – DF; 2) Comunidade do Taquaril – MG; 3) Comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo – RJ; 4) Comunidade de Brasilândia; 5) Comunidade de São Pedro – ES; 6) Comunidade da Terra Firma – PA; 7) Comunidade Grande Bom Jardim – CE; 8) Comunidade do Jacintinho – AL; 9) Comunidade do Coque – PE; 10) Comunidade do Beirú – BA; 11) Comunidade do Sítio Cercado – PR; 12) Comunidade da Lomba do Pinheiro – RS. Destaca-se que os Pontos de Memória Pioneiros receberão formação técnica e metodológica, bem como apoio financeiro do Ibram. A partir de 2011 o PPM, passa a realizar parcerias como os programas Mais Cultura e Cultura Viva, Ministério da Cultura e financiada pela Organização dos Estados Ibero Americanos – OEI . Atualmente, o PPM possui 108 iniciativas comunitárias em memória e museologia sociais premiadas, o seja, contempladas com aporte financeiro, 12 convidadas e 04 autodeclaradas. Contudo, percebe-se a ausência desta tipologia na região centro-oeste, ao todo até 2014 foram contempladas 04 pontos de memória; 1) Comunidade do Estrutural – DF; 2) Comunidade da Chapada dos Veadeiros – GO; 3) Comunidade do Araguaia – MT; 4) Comunidade de Planaltina – DF, além de 86 iniciativas comunitárias em memória e museologia social já identificadas através dos relatórios da lei Cultura Viva. Destaca-se ainda, que a maioria

das iniciativas mapeadas são reconhecidas como Pontos de Cultura, Pontos de Leitura, Mestres de Cultura Popular e Agentes Jovens de Cultura pelo MinC. Desta forma, o IBRAM apoiado com diversos órgãos, passa a promover as memórias protagonizadas pelas comunidades.

Portanto, percebemos que ao longo dos séculos os museus torna-se também espaços de garantia de direitos coletivos e afirmação da identidade. Destaca-se que mesmo a humanidade sendo apta a colecionar, essas coleções permaneceram ao longo dos anos sobre o domínio da aristocracia e da elite moderna e contemporânea, afinal o grande objetivo dos museus era o de colecionar o outro, o exótico esquecendo-se dos produtores destes suportes de informação. Mas é no fim do século XX inicia-se uma preocupação com as memórias que não foram e não são representadas nos museus tradicionais. Com essa reflexão no século XXI, na América Latina surgem ações preocupadas em promover essas memórias de grupos historicamente excluídos. No Brasil, a criação do IBRAM fortaleceu os princípios da memória social. Desta forma, através de parcerias criou-se um programa de estímulo e fomento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social.

## 4 – JUSTIFICATIVA

O projeto de pesquisa **Mapeamento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste** justifica-se pela ausência desta tipologia de processo museológico comunitário na região centro-oeste. Segundo dados Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus até 2014 a região centro-oeste totalizava quatro iniciativas comunitárias em memória e museologia social, a segunda região com o menor número de museus comunitários. Devido à ausência de iniciativas reconhecidas na região, torna-se necessário um detalhado mapeamento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social com potencialidades para a promoção de suas memórias, identidades e patrimônios, que podem ou não tornarem-se museus comunitários. Por fim, pretende-se analisar a difusão, impacto e fomento, além de verificar o motivo da ausência relacionado à museologia social no centro-oeste.

Para um melhor entendimento, conforme aponta Boita (BOITA, 2013, p.02), é necessário apresentar os pilares que definem um museu comunitário, como os conceitos de comunidade, território e patrimônio imaterial. Sendo comunidades;

Grupos ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero, em especial quando movidas ou organizadas em prol da defesa humana e promoção do Direito à Memória e à História, assim como a outros tópicos dos Direitos Humanos e Culturais.(Carta das Missões, 2013, 2)

Compreende-se como Territórios Tradicionais “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Decreto nº 6.040, 2007, 01). Por fim, entende-se como patrimônio imaterial;

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos, e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade

cultural e à criatividade humana. ( UNESCO, 2003)

A cultura é um dos direitos básicos conquistados pela sociedade brasileira em 1988. Conforme os artigos 215 e 216 da constituição federal brasileira, o seu acesso e manutenção devem ser garantidos pelo Estado. Em seu art.215 “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Constituição Federal, 1988.[grifo meu]). Já no art. 216, observa-se “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição Federal, 1988. [ grifo meu]). Através destes direitos, os movimentos sociais, associações de bairro, LGBT's, indígenas, quilombolas e outras comunidades também desejam preservar suas memórias que foram historicamente invisibilizada nos museus tradicionais. Esta invisibilidade comunitária que negligência os art. 215 e 216 passa a ser garantida com as iniciativas que garantam o direito à memória, assim como, os museus comunitários.

Além destes documentos é importante frisar as declarações da Organização das Nações Unidas, sancionados pelo Governo Brasileiro. Observa-se que ao ratificar essas declarações a República Federativa Brasileira, adere para a si a responsabilidade de garantir e promover tais direitos. A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas gerou-se a carta de Durban. Este documento, afirma que o Estado tem a responsabilidade de criar métodos que garantam direitos e a igualdade plena, bem como o combate ao racismo, xenofobia, a intolerância correlata. Com influência deste documento, somado a outros, é criado uma série de portarias e resoluções visando à população negra e quilombola, além de, três decretos; 1) Decreto 45.555 de 19 de maio de 2008 que Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias; 2) Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; 3) Decreto Nº 4.887, de 20 de Novembro de 21003 – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Já a III Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura em 2001 aprovou-se a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Este documento reconhece as múltiplas “identidades culturais



plurais” e define “pluralismo cultural” como garantia de intercâmbio e relação social. Em seu segundo artigo, a declaração reconhece as múltiplas “identidades culturais plurais” e define “pluralismo cultural” como garantia de intercâmbio e relação social. Portanto, assim como as legislações e decretos brasileiros, existe também os documentos internacionais que superam o preconceito, promove a diversidade cultural, estimula a sustentabilidades e garantam os direitos, sendo estas características únicas de iniciativas comunitárias em memória e museologia social.

Segundo Mário Chagas, a concepção de memória que temos hoje é impulsionada principalmente após a Revolução Francesa, quando se “institui marcos de memória (datas, heróis e monumentos) articulados com um novo conceito de nação” (CHAGAS, 2009. p.47). É quando a memória passa a ser a ferramenta “utilizada para recordar, para comemorar, para garantir a ordem inaugurada (no passado)” (CHAGAS, 2009, p. 47). Com isso, criam-se espaços que rememorarão o passado, entre eles os museus, que se tornam ordenadores da memória, dos saberes e das artes (CHAGAS, 2009, p.53). A memória é seletiva, portanto, e essa seleção sempre será excludente, em especial pela necessidade de assegurar aquilo que os grupos dominantes consideram como bons costumes e sua tradição do passado, negando direitos para o presente e futuro para todos os que não enquadram nos panoramas construídos.

Por fim, este projeto busca mapear iniciativas comunitárias em memória e museologia social na região centro-oeste, que garantam que os direitos básicos humanos, como o direito à memória e à cultura, além de iniciativas que estimulam o protagonismo da comunitário e coletivo. Com isso, os grupos historicamente excluídos, torna-se os mais prejudicados com a falta de espaços e também patrimônios que possam fortalecer sua identidade e garantir direitos. Afinal a constituição brasileira garante e protege as culturas, memórias, patrimônios e identidades de comunidades tradicionais, rurais e urbanas. Não só no âmbito federal ocorre esse debate, anualmente a Organização das Ações Unidas promove seminários e declarações que garantem os direitos culturais e o pluralismo cultural. Desta forma, a garantia de direitos resulta em um fortalecimento da memória que perpassa a afirmação e conquista de grupos, tornando-os empoderados e fortalecidos.

## 5 - OBJETIVOS

### Objetivo Geral:

O projeto de pesquisa **Mapeamento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste** tem como objetivo mapear iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste.

### Objetivos Específicos

- Formar a equipe do projeto de pesquisa **Mapeamento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste**;
- Identificar autarquias do Ministério da Cultura que promovam a garantia dos direitos culturais a grupos historicamente excluídos;
- Identificar órgãos de fomentos dos setores culturais que promovam a garantia dos direitos culturais a grupos historicamente excluídos;
- Mapear editais públicos voltados para o fomento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste;
- Mapear as produções bibliográficas produzidas pelas iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste identificadas;
- Sistematizar os dados coletados;
- Organizar um banco de dados;
- Promover o acesso à informação dos dados coletados durante a pesquisa.

## 6 – METODOLOGIA

O projeto de pesquisa **Mapeamento de iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste** terá sua metodologia desenvolvida em três etapas que dialogam e se alimentam. A primeira visa mapear iniciativas comunitárias. A segunda, mapeará as produções científicas voltadas para a museologia social. E a última sistematizará as etapas anteriores, além de disponibilizar essas informações em uma plataforma virtual de domínio público, garantido o livre acesso à informação. Para o desenvolvimento das metodologias o projeto contará com discentes e docentes do Curso de Museologia da FCS/UFG. Destaca-se ainda, que todos os dados serão coletados a partir de informações públicas conforme a lei 12.527/11 que garante o direito ao acesso à informação. Com isso, este projeto resultará em mapear iniciativas comunitárias em memória e museologia social, bem como, disponibilizar estas informações para a sociedade civil, científica, bem como, as esferas públicas.

Na primeira etapa será desenvolvido um mapeamento dos fomentos promovidos pelo Ministério da Cultura - MinC e suas autarquias, bem como, órgãos de fomentos internacionais. Inicialmente identificaremos autarquias do MinC e órgãos de fomentos dos setores culturais. Posteriormente nos deteremos a encontrar editais públicos a partir do ano 2000 das setoriais culturais do Plano Nacional de Cultura criada em 2010 através da Lei 12.343. Em seguida mapearemos as iniciativas comunitárias em memória e museologia social que propuseram propostas em editais públicos do MinC e organismo internacionais nos últimos quinze anos. Por fim, essa etapa visa mapear as instituições de fomento, seus formatos de distribuição de incentivo e mapear este modelo de iniciativa na região centro-oeste.

A segunda etapa mapeará as produções bibliográficas culturais, científicas e acadêmicas das iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste. Esta etapa se desenvolverá inicialmente após o mapeamento das iniciativas comunitárias (1ª etapa). Na identificação buscaremos maiores informações e conseqüente poderemos ou não analisar suas produções bibliográficas. Desta forma, essa etapa poderá identificar as potencialidades destas iniciativas da região centro-oeste preocupadas com sua memória.

Após a conclusão das etapas anteriores buscaremos disponibilizar este mapeamento. A terceira etapa será desenvolvida com a sistematização e disponibilização das informações coletadas para a sociedade civil e órgãos públicos através de um banco

de dados, artigos, mapas e outros. Através desta sistematização dos dados resultantes, pretende-se analisar a difusão, impacto e fomento relacionado à museologia social no centro-oeste. Com isso, a última etapa disponibilizará os resultados desta pesquisa.

Desta forma, este projeto de pesquisa será desenvolvido através da análise de documentos oficiais, produções bibliográficas comunitárias que resultará na elaboração de um banco de dados disponível para pesquisa. Metodologicamente este projeto se dividirá em mapeamento das informações, além de, sua análise para sistematização e disponibilização para o público. Assim, o presente projeto de pesquisa visa alcançar os objetivos propostos, em especial mapear as iniciativas comunitárias em memória e museologia social da região centro-oeste.



## 8 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.47, p.129-139, out./dez., 2001

BOITA, Tony. Mulheres do Vale Araguaia. Mestres e Conselheiros, Belo Horizonte, 116 a 127. 2013

BRASIL. Constituição (2013). Decreto nº 8124, de 2013. Cria O Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. As metas do plano nacional da cultura. Ministério da Cultura. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº 216, de 1988. Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BRASIL. Constituição (2009). Lei nº 11204, de 2009. Institui O Estatuto de Museus. Brasil, 2009. Disponível em: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014

DURBAN (Durban). Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 2001. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/2001>>

Declaração e Programa de Ação adotado pela Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Acesso em: 20 nov. 2014.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia e Patrimônio Interdisciplinar do Campo: História de um Desenho (INTER) Ativo. In: Anais do VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, 2007. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.enancib.ppgci.ufba.br%2Fartigos%2FDMP--060.pdf&docid=55cca1bfc0b2a5cc2c53971e73b12a94&a=bi&pagenumber=2&w=710>. Acessado em: 10/02/11.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, Ciência e Política: olhares sobre a história da criação dos museus do Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; Araújo, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. Mestres e Conselheiros: Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro,

v. 2, n. 3, p.3-15, jun. 1989. Tradução de Dora Rocha Flaksman.. Disponível em:<[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86

SÁ, Ivan Coelho de. 75 anos da Escola de Museologia - UNIRIO. Disponível em <http://www.unirio.br/museologia/nummus/75anos.htm>. Acessado em: 10/02/11

SANTOS, Maria Cristina T. M. Reflexões sobre a nova museologia . São Paulo: [s.n.], 1999.

UNESCO. DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília: CNPq, 2005.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do Decreto-Lei 25/37. In: ANAIS DO V ENECULT: Quinto Encontro de Estudos Multiplicinares em Cultura. Faculdade de Comunicação / UFBA, Salvador, 2009.